

A distribuição pessoal da renda e o movimento da população nas Mesorregiões Diferenciadas do Sul do Brasil

Crislaine Colla
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a distribuição pessoal da renda nos municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do Rio Grande do Sul a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, como forma de estimar a desigualdade e a necessidade de movimento da população entre classes de renda e entre municípios para se chegar à distribuição de renda esperada. Foram utilizados como indicadores de desigualdade o movimento virtual da população (m) e o movimento virtual relativo de população (índice de dissimilaridade - d). Os resultados mostram que a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul apresenta maior desigualdade e maior necessidade de movimento da população entre as classes de renda e entre os municípios. Além disso, essa desigualdade aumentou entre 2000 e 2010 em boa parte dos municípios dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná e diminuiu nos municípios de Santa Catarina. Na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, a desigualdade é menor e apresenta índices menores para a necessidade de movimento da população entre classes de renda e entre os municípios dessa mesorregião, além de uma tendência de redução entre 2000 e 2010.

Palavras-chave: Distribuição pessoal da renda. Movimento da população. Desigualdade.

The personal income distribution and the population movement in the Differentiated Mesoregions Southern Brazil

Abstract: The aim of this article is to analyze the personal income distribution in the municipalities of the Grande Fronteira do Mercosul Mesoregion and the Metade Sul do Rio Grande do Sul based on data from the 2000 and 2010 Demographic Census, as a way of estimating inequality and the need for population movement between income classes and between municipalities to arrive at the expected income distribution. The population's virtual movement (m) and the relative virtual population movement (dissimilarity index - d) were used as inequality indicators. The results show that the Grande Fronteira do Mercosul Mesoregion presents greater inequality and greater need for population movement between income classes and between municipalities. In addition, this inequality increased between the years of 2000 and 2010 in most municipalities in the states of Rio Grande do Sul and Paraná and decreased in the municipalities of Santa Catarina. In the Metade Sul do Rio Grande do Sul Mesoregion, the inequality is lower and present lower indices for the need for population movement between income classes and between the municipalities of that mesoregion, in addition to a reduction trend between the years of 2000 and 2010.

Keywords: Personal income distribution. Population movement. Inequality.

ÁREA: População, migração e desenvolvimento

JEL: J10; R23

Introdução

As Mesorregiões Diferenciadas são definidas como espaços subnacionais, contíguos entre dois ou mais estados federados, cujos perfis sociais, econômicos e históricos apresentam similaridades e por vezes interagem. Apesar de apresentar similaridades, seu crescimento econômico está abaixo da média estadual ou nacional denotando baixo dinamismo ou estagnação econômica. Elas foram instituídas e se tornaram objeto de política pública por meio do decreto federal 6.047 de 22/02/2007 (FERRERA DE LIMA; EBERHARDT, 2010). Apesar de terem sido instituídas treze Mesorregiões Diferenciadas, essa análise vai se focar nas Mesorregiões Grande Fronteira do Mercosul (GFM ou Mesomercosul) e Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul).

A Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul (GFM) abrange 139,2 mil Km² e 415 municípios. Suas microrregiões e municípios apresentam características diferenciadas internamente em termos de dinamismo econômico, estabilidade e indicadores de desenvolvimento humano. Em relação à Região Sul há também uma grande disparidade, pois apesar de a área da Grande Fronteira do Mercosul englobar um quarto do território da Região Sul do Brasil, de também ter um quarto da população da Região, o seu Produto Interno Bruto (PIB) representa pouco mais de um décimo do Produto Interno Bruto do Sul do Brasil (FERRERA DE LIMA; EBERHARDT, 2010).

A Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul é formada por 106 municípios que, em sua maioria, possuem grandes áreas territoriais e ocupam um total de 153.879 km², o que corresponde a mais da metade do território gaúcho. Esta região apresenta uma trajetória econômica e de população descendente no total do Estado e caracteriza-se pela concentração de atividades tradicionais ligadas à pecuária bovina extensiva e, nas últimas décadas, à fruticultura, a silvicultura e a produção orizícola (CARGNIN, 2014).

Frente ao exposto, esse artigo analisa a distribuição pessoal da renda nas Mesorregiões mencionadas a partir de dados do Censo Demográfico. Como o governo federal promoveu ações para estimular e fortalecer o desenvolvimento regional das Mesorregiões Diferenciadas, essa análise servirá como um sistema de informações para se averiguar as tendências de concentração e disparidades de renda nos diferentes estratos da população. Melhorias e acesso a maiores níveis de renda por parte da população indicam desenvolvimento econômico unidimensional, ou seja, maior mobilidade entre as classes sociais e melhores condições de emprego ao longo do tempo.

O desenvolvimento pela base: a estratégias das Mesorregiões Diferenciadas

Ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento, o Brasil migrou de uma estratégia de desenvolvimento regional atrelado às ações do Estado central para uma estratégia mais focada em ações territoriais, ligadas ao desenvolvimento local. A transição de políticas públicas de desenvolvimento “pelo alto”, ou seja, centralizado, para políticas públicas de desenvolvimento “pela base” foi o legado da redemocratização do Brasil. Assim, as políticas de desenvolvimento regional deixaram de serem apenas baseadas em megaprojetos para estimularem ações em escala municipal, focadas nas particularidades e potencialidades das regiões (JOYAL, 2019).

Essa realidade se apresentou no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), criado pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). O PROMESO surgiu no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), na busca por um espaço de intervenção entre o macrorregional e o local. Seus objetivos foram formatados a partir do diagnóstico do desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões brasileiras, que balizaram as

discussões da PNDR (CARGNIN, 2014; ROCHA NETO; BORGES, 2014). Esse diagnóstico apontou uma singularidade no processo de desenvolvimento brasileiro: a contiguidade do desenvolvimento regional, ou seja, espaços de baixo dinamismo ou estagnados ao longo do território brasileiro, indiferente às divisas estaduais. Para fins de política e ações foram selecionadas treze Mesorregiões Diferenciadas localizadas em diferentes regiões brasileiras para se promover o diálogo e a intervenção regional (FERRERA DE LIMA et al, 2012).

Nesse sentido, o PROMESO surgiu como uma política pública, que além de disponibilizar recursos econômicos para os projetos regionais, também mobilizou as autoridades e lideranças regionais para se organizarem e definirem coletivamente as prioridades e ações para as regiões nas quais se situavam. Assim, foram criados os Fóruns de Desenvolvimento das Mesorregiões Diferenciadas em diferentes lugares do Brasil. Dentre os objetivos para a formação do Fórum estava a retomada do protagonismo dessas regiões, o fortalecimento das atividades coletivas e o diálogo entre as lideranças para a definição de prioridades e investimentos para fortalecer a estrutura produtiva (FERRERA DE LIMA, et al, 2012; ROCHA NETO; BORGES, 2016).

Os Fóruns das Mesorregiões Diferenciadas, além de espaço de discussões e de análise da realidade regional, também se tornaram um instrumento de planejamento. Corrêa et al (2019) chama a atenção que o ato local de planejar não substitui o protagonismo do Estado. Nesse caso, a organização dos Fóruns deriva da política pública de desenvolvimento regional e a sociedade civil organizada é seu agente de ação. Porém, as prioridades são definidas localmente e não de “cima para baixo”, numa ação autocrática e centralizadora. Essa ação se parece com a organização dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDE's) no estado do Rio Grande no Sul, nos quais foi outorgado o protagonismo em relação à aplicação de recursos orçamentários. A sociedade regional e seus representantes, de forma voluntária, são quem definem as prioridades em termos de aplicação dos recursos estaduais.

No caso do Rio Grande do Sul, o espaço das fronteiras Oeste e Sudeste do estado têm os Conselhos Regionais de Desenvolvimento atuando na sua representatividade junto aos organismos de estado que são responsáveis pela política estadual de desenvolvimento regional. Já o Fórum de Desenvolvimento surge na perspectiva da política federal de desenvolvimento regional e envolve o conjunto dos atores da fronteira no extremo sul do Brasil. Em ambos predominam a forma participativa.

Já a Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul (GFM ou Mesomercosul), ela também um elemento diferenciado em relação a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul): a contiguidade entre entes federados. Nesse caso, enquanto na Mesosul o recorte territorial se centra em municípios que compõem o estado do Rio Grande do Sul e sua área de fronteira com a Argentina e Uruguai, na Mesomercosul o recorte territorial envolve municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, ao longo de um espaço que não envolve apenas a faixa de fronteira. Isso se reflete na organização regional. Enquanto na porção do Rio Grande do Sul se têm diferentes COREDEs como agentes da política estadual de desenvolvimento regional, em Santa Catarina há a presença das Associações Municipais e das Secretarias Regionais de Desenvolvimento; no Paraná não há agentes específicos, mas as Associações de Municípios tem um papel de interlocução junto as políticas estaduais de desenvolvimento, Nesse contexto, o Fórum da Mesorregião Diferenciada da Grande Fronteira do Mercosul se tornou um elo de diálogo entre diferentes entes da federação e organizações inter-regionais.

O diálogo entre os atores regionais se torna um dos instrumentos para o diagnóstico e a ação. Segundo Marques e Santos (2014) a política pública e o diálogo entre os atores orientam o conhecimento dos gargalos que afetam todos os entes e sub-regiões (diagnóstico), orientam o fazer (projetos, programas) e a execução (ações, intervenções, utilização dos recursos, estratégias) com o objetivo de fomentar, fortalecer e melhorar os indicadores socioeconômicos da região.

Dentre os indicadores socioeconômicos, um dado simples, mas que tem um alcance significativo em termo de perfil do desenvolvimento econômico unidimensional, ou seja, aquele que advém da renda da população. Nesse caso, as melhorias na distribuição pessoal da renda refletem a mobilidade entre as classes sociais, a melhorias nas condições de emprego e o crescimento da economia. Colla et al (2011) chamam a atenção que a atratividade e a repulsão dos contingentes populacionais estão fortemente ligadas a fatores econômicos. É claro que conflitos territoriais, epidemias, problemas climáticos e questões culturais influenciam a mobilidade da população, mas em geral as pessoas buscam melhores condições de vida. Então, as regiões que têm um perfil mais positivo e significativo de emprego e renda tendem a atrair mais força de trabalho. Por isso, o perfil de acesso à renda por parte dos diferentes estratos da população também é um indicador importante para se perceber a evolução do processo de desenvolvimento regional.

Dentre as principais teorias da migração, destacam-se as funcionalistas onde se pressupõem que a migração e a mobilidade são mecanismos de equilíbrio entre as sociedades. Os autores enfatizam que a migração deve ocorrer de onde tem menos para onde tem mais oportunidade onde predomina o motivo econômico (LEE, (1980); RAVENSTEIN, 1980).

Entretanto, quando se observam os diferenciais regionais de desenvolvimento e as desigualdades, as teorias histórico-estruturais consideram que o migrante é levado a migrar por relações estruturais e de desenvolvimento e que ao invés do equilíbrio essas relações geram mais desequilíbrio e podem reforçar as desigualdades (SINGER, 1980). Wood (1982) enfatiza que essa teoria insere a migração como um movimento da população que só pode ser examinado no contexto da análise histórica das transformações estruturais e que seria um processo macrossocial e não somente individual.

Para compreender melhor essa relação entre a distribuição da renda e a necessidade de movimento da população, Azzoni (1997) deu uma contribuição metodológica, que é utilizada nesse estudo. Seus detalhes serão explicados nos procedimentos metodológicos.

Procedimentos metodológicos

Para se conhecer a distribuição pessoal da renda, há que ter um indicativo e um elemento de mensuração. Nesse caso, indicadores cumprem essa função ao transformar um conjunto de dados absolutos em dados relativos, eliminando o efeito tamanho das unidades regionais e propiciando uma visão mais focada do movimento das variáveis utilizadas (AZZONI, 1997).

Para os cálculos dos índices foram utilizados os dados de população por classe de renda dos municípios, que foram obtidos por meio dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, na tabela “pessoas de 10 anos ou mais, por classe de rendimento nominal mensal” da plataforma do Sistema IBGE de Recuperação Rápida (SIDRA). O IBGE estratifica a renda em 11 classes: (1) até ¼ de salário mínimo; (2) mais de ¼ a ½ salário mínimo; (3) mais de ½ a 1 salário mínimo; (4) mais de 1 a 2 salários mínimos; (5) mais de 2 a 3 salários mínimos; (6) mais de 3 a 5 salários mínimos; (7) mais de 5 a 10 salários mínimos; (8) mais de 10 a 15 salários mínimos; (9) mais de 15 a 20 salários mínimos; (10) mais de 20 a 30 salários mínimos; (11) mais de 30 salários mínimos (IBGE, 2020). Não são consideradas as pessoas sem rendimento. Os dados de rendimento incluem a renda obtida tanto pelo trabalho formal como informal.

Para a estimativa dos indicadores, Azzoni (1997) apresentou um instrumental para medir a desigualdade de renda que leva em consideração a distribuição pessoal da renda interregionalmente e por classe de renda. Esse instrumental é a estimativa de indicadores que apresentam o movimento virtual da população e o movimento virtual relativo de população (índice de dissimilaridade).

Ao estimar o movimento virtual da população, Azzoni (1997: 257-259) apresenta o movimento virtual da população e o movimento virtual relativo de população, que também é chamado de índice de dissimilaridade. O movimento virtual da população é o resultado da proporção da população total da região que deveria mudar de município para que todos os municípios atinjam uma distribuição desejada de renda pessoal. A distribuição desejada de renda pessoal é estimada pela distribuição de renda da região como um todo, mantidas fixas as populações totais dos municípios, por meio da equação 01:

$$m = \frac{1}{2} \left\{ \sum_i \sum_j |P_{ij} - e_j * P_i| \right\} / P \quad (1)$$

Em que:

P_{ij} – número de pessoas do município i na classe de renda j ;

e_j – proporção esperada (desejada) de pessoas na classe de renda j . Nesse caso, a distribuição pessoal de renda na região é o ponto de comparação, $e_j = P_j / P$;

P_i – número de pessoas no município i ;

P – número total de pessoas da região.

Dessa forma, a notação $e_j * P_i$ indica o número esperado de pessoas que o município i deveria ter na classe de renda j , caso se observasse nesse município a participação na classe j que é observada na distribuição de referência que, neste caso é da região. Ou seja, $e_j * P_i$ é o número de pessoas que deveria estar presente no município para que esse município apresentasse a mesma distribuição pessoal de renda observada na região. Então, $P_{ij} - e_j * P_i$ é a diferença entre o valor observado no município e o esperado. Esse valor será positivo quando o município tem uma participação na classe j superior à que se observa na região e negativa na situação contrária. Como a expressão fica em módulo, quanto maior a diferença entre a distribuição observada e a esperada, maior será seu valor e maior o valor de m .

Também é possível calcular o movimento virtual de população por classe de renda e por município. O conjunto de migrantes virtuais por classe de renda deve ser estimado pela equação 02:

$$m_j = \sum_i |P_{ij} - e_j * P_i| / P_j \quad (2)$$

Nessa equação, o P_j é o número de pessoas na classe de renda j e o indicador m_j mostra a proporção de pessoas em cada classe de renda j que deveria migrar para que os municípios chegassem à distribuição pessoal de renda esperada, ou seja, da região de referência. Cabe ressaltar que é possível determinar o total de migrantes virtuais a ser movimentado por município para chegar à distribuição esperada:

$$m_i = \frac{1}{2} \sum_j |P_{ij} - e_j * P_i| / P_i \quad (3)$$

O indicador m possui limite inferior igual a zero e limite superior não definido e para normalizar o coeficiente, substitui-se no denominador de (1) a população total da região (P) pelo total máximo de migrantes virtuais, o que ocorreria no caso de segregação máxima. Essa situação significaria que em cada município todas as pessoas pertenceriam a uma única classe de renda, onde os municípios pobres teriam toda sua população concentrada na classe de renda

mais baixa e os municípios ricos concentrariam na classe de renda mais alta. Com isso, é possível calcular o índice de dissimilaridade (d):

$$d = \sum_i \left(\frac{1}{2} \sum |P_{ij} - e_j * P_i| / P * e_j * (1 - e_j) \right) \quad (4)$$

O denominador do termo entre parênteses é o limite superior do indicador d , ou o número máximo de migrantes virtuais necessários para eliminar a segregação absoluta por classe de renda. Esse índice mostra a desigualdade máxima para o período analisado. Da mesma forma que com o índice m , é possível identificar o índice de dissimilaridade (d) por classe de renda, indicando a proporção de migrantes em relação à proporção máxima, sendo obtido pela fórmula:

$$d_j = \frac{1}{2} \sum_i |P_{ij} - e_j * P_i| / P * e_j * (1 - e_j) \quad (5)$$

Após as estimativas e tratamento das informações, os resultados foram apresentados por meio de tabelas e figuras, que foram construídos por meio do *software* QGis 2.18.

Resultados e discussão

Para se calcular os índices de movimento virtual da população e movimento virtual relativo da população, utilizou-se como referência a distribuição pessoal de renda da região como um todo, por classe de renda, destacados na Tabela 1. Pode-se verificar que tanto na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul quanto na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul as classes com menor rendimento aumentaram a participação em relação ao total, ao mesmo tempo que as classes de renda mais alta diminuíram seu percentual na renda total. Já a partir da classe de renda de quem ganha mais de 2 a 3 salários mínimos começam a reduzir os percentuais, em relação aos valores de 2000.

Tabela 1

Distribuição percentual da renda pessoal, por classe de renda, na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, em 2000 e 2010.

Classes de renda	Grande Fronteira do Mercosul		Metade Sul do RS	
	2000	2010	2000	2010
até ¼ de salário mínimo	1,57%	4,51%	1,14%	5,73%
mais de ¼ a ½ salário mínimo	4,69%	5,01%	3,72%	5,63%
mais de ½ a 1 salário mínimo	27,59%	27,30%	28,60%	31,33%
mais de 1 a 2 salários mínimos	26,78%	34,61%	26,39%	31,23%
mais de 2 a 3 salários mínimos	12,47%	11,86%	11,25%	9,99%
mais de 3 a 5 salários mínimos	11,86%	9,02%	11,90%	8,06%
mais de 5 a 10 salários mínimos	9,64%	5,39%	10,73%	5,47%
mais de 10 a 15 salários mínimos	2,34%	1,02%	2,70%	1,15%
mais de 15 a 20 salários mínimos	1,26%	0,60%	1,50%	0,69%
mais de 20 a 30 salários mínimos	0,79%	0,36%	0,99%	0,40%
mais de 30 salários mínimos	1,00%	0,32%	1,07%	0,32%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2020).

A Tabela 2 mostra os resultados para o movimento virtual da população total (m) e por classe de renda (m_j), além de mostrar o índice de dissimilaridade total (d) e por classe de renda (d_j). Na Grande Fronteira do Mercosul, 9,97% da população total deveria mudar de município

para que todos os municípios apresentassem a mesma distribuição pessoal de renda da região como um todo em 2000; em 2010 esse índice aumentou para 10% e observou-se um aumento da desigualdade, ainda que pouco significativo. Já na Metade Sul do Rio Grande do Sul ocorreram índices mais baixos nos dois períodos, se comparados com a GFM. A Mesosul apresentou uma redução do m entre os dois períodos, o que representou uma redução das desigualdades. Em 2000, 8,39% da população deveria mudar de município para que todos os municípios mantivessem a mesma distribuição pessoal da renda da região como um todo e, em 2010, esse indicador se reduziu para 7,92%.

Para o índice de dissimilaridade (d) na GFM, observou-se um percentual de 11,31% em 2000 e 11,17% em 2010, o que caracterizou uma redução da desigualdade, ou seja, o grau máximo de desigualdade diminuiu nesta região. Na Mesosul também ocorreu uma redução da desigualdade, passando de 9,56% em 2000 para 9,05% em 2010, percebendo-se que também para esse índice a Metade Sul do Rio Grande do Sul se apresenta como menos desigual do que a GFM. Deve-se destacar que a Mesosul é composta apenas por municípios do Rio Grande do Sul com características similares enquanto a GFM é constituída por municípios dos três estados da Região Sul.

Quando se analisa o movimento virtual da população por classe de renda (m_j) na GFM, identificou-se a proporção de pessoas que deveriam migrar para cada classe de renda para que todos os municípios mantivessem a mesma distribuição pessoal da renda de toda a GFM. Neste caso, verifica-se que os maiores movimentos devem ocorrer nas classes de maior e de menor rendimento. Em 2000, a classe de renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo apresenta o maior índice, onde deveria haver uma migração de 58,50% de pessoas para essa classe de renda e em 2010 passa a 42,10%. Já em 2010, a classe que apresenta o maior percentual é a de mais de 30 salários mínimos com 53,65% das pessoas pertencentes a esta classe devendo migrar, sendo que esse percentual era menor em 2000 (46,41%).

Tabela 2

Movimento virtual da população (m) e movimento virtual relativo da população (d) total e por classe de renda da Mesoregião Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do RS e por classe de renda, em 2000 e 2010.

Classe de renda	Grande Fronteira do Mercosul				Metade Sul do Rio Grande do Sul			
	m_j		d_j		m_j		d_j	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
1	58,50%	42,10%	29,71%	22,04%	32,13%	27,79%	16,25%	14,74%
2	35,84%	37,06%	18,80%	19,51%	26,21%	23,94%	13,61%	12,69%
3	20,40%	20,83%	14,09%	14,33%	19,58%	14,90%	13,71%	10,85%
4	9,26%	10,46%	4,63%	5,23%	6,78%	6,18%	3,39%	3,09%
5	19,14%	19,72%	10,93%	11,18%	11,62%	17,39%	6,55%	9,66%
6	19,38%	22,96%	10,99%	12,62%	15,95%	21,36%	9,05%	11,62%
7	24,97%	28,50%	13,82%	15,06%	25,18%	31,16%	14,10%	16,48%
8	34,14%	37,57%	17,48%	18,98%	29,92%	42,95%	15,38%	21,73%
9	40,35%	44,29%	20,43%	22,28%	34,37%	44,92%	17,45%	22,62%
10	47,09%	48,26%	23,73%	24,22%	41,53%	49,17%	20,97%	24,68%
11	46,41%	53,65%	23,44%	26,91%	37,48%	45,46%	18,94%	22,80%
<i>m e d total</i>	9,97%	10,00%	11,31%	11,17%	8,39%	7,92%	9,56%	9,05%

Fonte: resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2020) e metodologia de Azzoni (1997).

Notas: classes de renda: (1) até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo; (2) mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo; (3) mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo; (4) mais de 1 a 2 salários mínimos; (5) mais de 2 a 3 salários mínimos; (6) mais de 3 a 5 salários mínimos; (7) mais de 5 a 10 salários mínimos; (8) mais de 10 a 15 salários mínimos; (9) mais de 15 a 20 salários mínimos; (10) mais de 20 a 30 salários mínimos; (11) mais de 30 salários mínimos.

Para a Mesosul, quase todos os índices de movimento virtual da população por classe de renda (m_j) foram menores do que os da GFM, tanto em 2000 quanto em 2010, o que reforçou

a característica de menor desigualdade. Da mesma forma que ocorreu na GFM, os maiores índices foram encontrados para os maiores e menores rendimentos, indicaram que mais pessoas dessas classes devem migrar, com a diferença que os maiores percentuais estão nas classes de maior rendimento, sendo 41,53% para classe de mais de 20 a 30 salários mínimos em 2000 e 49,17% em 2010.

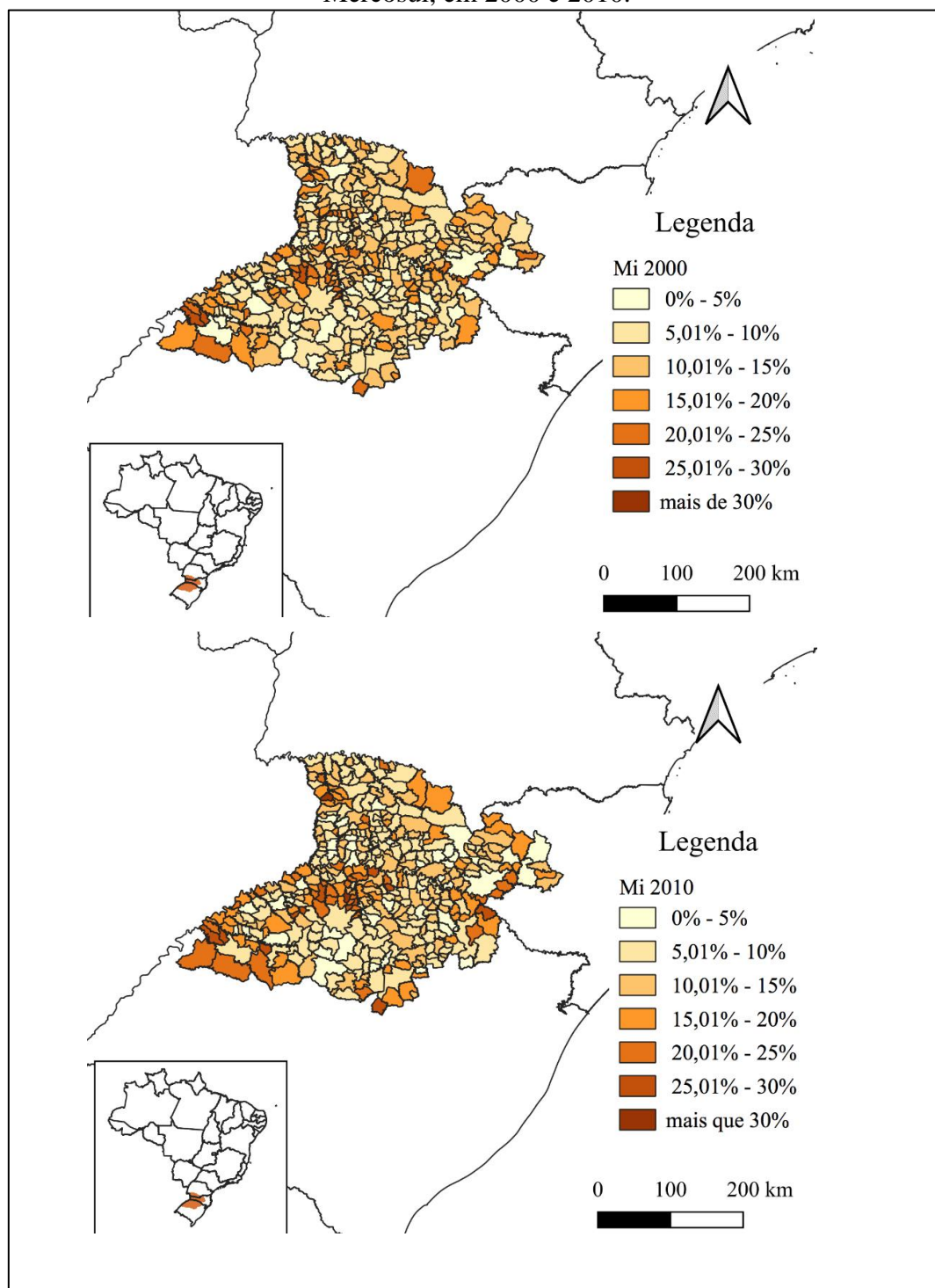
A Tabela 2 também exibe o índice de dissimilaridade por classe de renda para as duas regiões e para os dois períodos. Assim, como o m_j , o d_j é maior nas classes de renda mais baixas e mais altas. Este índice mostrou a proporção de migrantes em relação à proporção máxima, indicando que o movimento deveria ocorrer mais significativamente de pessoas pobres que moram em municípios pobres em direção a municípios ricos e de pessoas ricas que moram em municípios ricos em direção aos municípios pobres.

A Grande Fronteira do Mercosul também apresentou, na maioria dos municípios, maiores índices de dissimilaridade do que na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Na GFM houve aumento do índice de dissimilaridade para quase todas as classes de renda, aumentando o grau máximo de desigualdade entre 2000 e 2010, exceto para a classe de renda de até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo no qual ocorreu uma redução do índice de 29,71% em 2000 para 22,04% em 2010. Na Metade Sul do Rio Grande do Sul, na maior parte das classes de renda apresentaram aumento da desigualdade e redução para as classes de renda que ganham até 2 salários mínimos.

As Figuras 1 e 2 mostram o movimento virtual da população específica por município (m_i) da GFM e da Mesosul, respectivamente, indicando a proporção de pessoas que deveriam migrar de cada município da região. A figura 1 apresenta a evolução do índice para a Grande Fronteira do Mercosul e foi possível identificar algumas mudanças ocorridas. De forma geral, o quadro ficou bem equilibrado e 51% dos municípios da GFM apresentaram aumento do índice entre 2000 e 2010, com aumento da desigualdade. Considerando-se a média do índice entre os 415 municípios, houve um aumento de 10,97% em 2000 e 11,38% em 2010.

Cabe lembrar que a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul é composta por municípios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e quando se considera apenas os municípios pertencentes ao estado do Paraná, em 62% deles ocorreu um aumento do índice, ou seja, em 62% dos municípios aumentou o percentual de pessoas que deveriam migrar destes municípios para manter a distribuição pessoal da renda como da região de referência.

Figura 1
 Movimento virtual da população por município (m_i) na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, em 2000 e 2010.

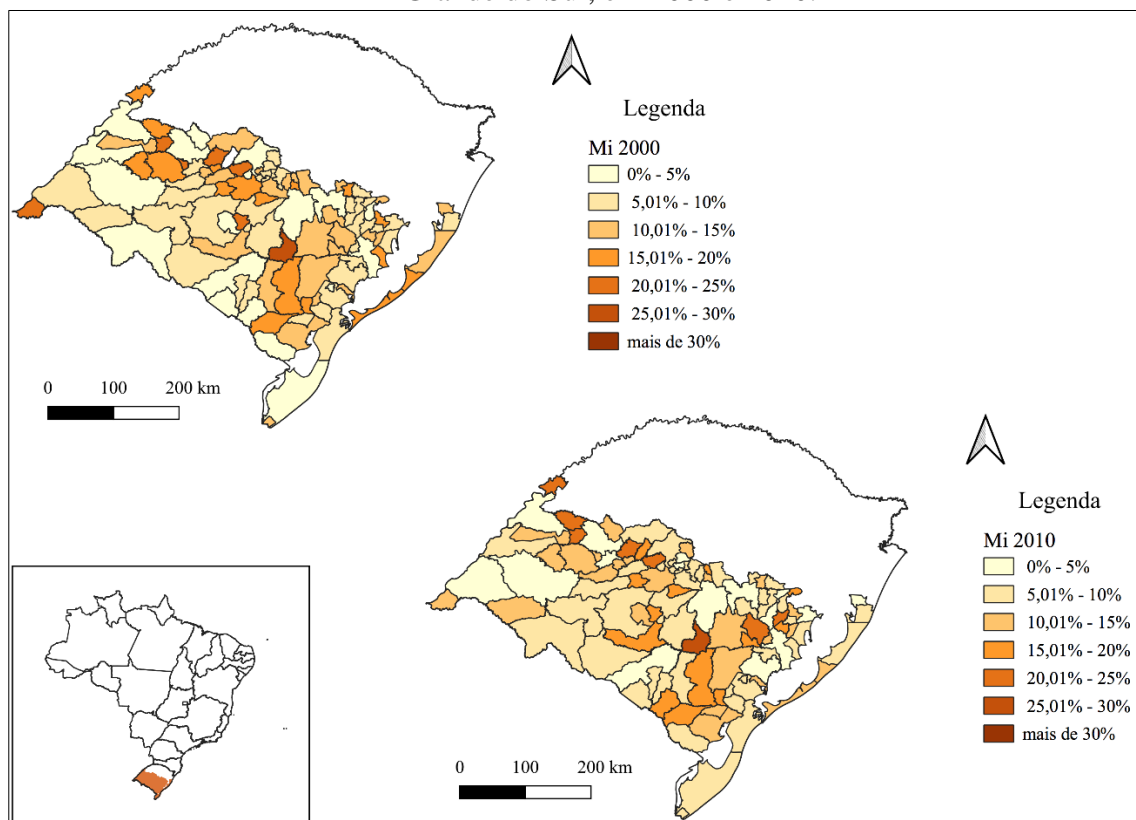


Fonte: resultados da pesquisa a partir dos dados do IBGE (2020) e da metodologia de Azzoni (1997).

No caso dos municípios do estado de Santa Catarina, em sua maioria houve redução da desigualdade, na qual 63% dos municípios apresentaram redução do índice. No estado do Rio Grande do Sul, assim como no Paraná, 58% dos municípios apresentaram um aumento do índice entre 2000 e 2010, o que representou a elevação das desigualdades. Esses resultados corroboram com os estudos feitos por Ferrera de Lima e Eberhardt (2010) e Ferrera de Lima (2019), que analisaram as disparidades regionais a partir do Produto Interno Bruto per capita.

Os autores apontaram uma tendência de forte polarização nos municípios do Rio Grande do Sul e do Paraná, o que fortaleceu cidades acima de trinta mil habitantes em detrimento dos municípios menores.

Figura 2
Movimento virtual da população por município (m_i) na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, em 2000 e 2010.



Fonte: resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2020) e da metodologia de Azzoni (1997).

A figura 2 exibe a situação dos municípios que compõem a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul e foi possível notar que ocorreram mudanças entre os dois períodos analisados. Em 51% dos municípios houve redução da desigualdade com a redução do índice de movimento virtual da população. Além disso, também ocorreu uma pequena redução na média do índice que em 2000 era de 10,55% e em 2010 passou a ser de 10,41%.

Considerações finais:

Esse artigo analisou a distribuição pessoal da renda nas Mesorregiões Diferenciadas Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do Rio Grande do Sul a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010. Essa divisão regional foi criada pelo governo federal dentro de um programa de desenvolvimento regional chamado PROMESO.

A abordagem metodológica foi quantitativa, a partir da análise de dados da distribuição pessoal da renda nos municípios que compõem as Mesorregiões e a estimativa de indicadores que representam o movimento virtual da população e o movimento virtual relativo de população (índice de dissimilaridade) em diferentes estratos de renda.

No período analisado, os resultados apontaram que na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul o aumento nas desigualdades de renda no conjunto dos municípios localizados no Rio Grande do Sul e Paraná. Nos municípios localizados em Santa Catarina ocorreu o inverso, a

redução da desigualdade de renda apontando um desenvolvimento com melhor distribuição de riqueza e mobilidade entre as classes.

Já na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, a melhoria nas condições de renda atingiu metade dos municípios que formam o contingente regional. Diferente da Mesorregião GFM, a Mesosul tem sua distribuição municipal dentro de um único ente federado, o que lhe dá um melhor suporte em termos de diálogo com os representantes do governo estadual. Ou seja, a coordenação de políticas públicas se torna mais prática para os representantes da Mesosul do que para a GFM, que engloba três estados federados.

Em todo caso, como o PROMESO foi criado em 2002 e este estudo envolve apenas o primeiro decênio do século XXI, a partir de 2010 outras transformações podem ter ocorrido nos últimos anos que fortaleceram ou melhoraram as condições de desenvolvimento das Mesorregiões que foram objeto desse estudo. Cabem novas pesquisas para verificar condições mais amplas, com dados mais diversificados para melhor avaliar o perfil e a dinâmica de desenvolvimento dos municípios das Mesorregiões Diferenciadas do Sul do Brasil.

Agradecimentos:

Agradecimentos especiais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Fundação Araucária pelo apoio a atividade de pesquisa do qual esse texto é fruto.

Referências

AZZONI, C. R. Distribuição pessoal de renda nos estados e desigualdade de renda entre estados no Brasil – 1960, 1970, 1980 e 1991. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 251-278, 1997.

CARGNIN, A. P. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e repercussões no Rio Grande do Sul. **Mercator**. Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, 2014.

COLLA, C.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná: rebatimentos empregatícios e migratórios. **Informe GEPEC**, vol. 15, número especial, p. 203-221, 2011.

CORRÊA, J.C.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. O planejamento regional no Rio Grande do Sul: algumas observações a partir do COREDE Fronteira Oeste. **Informe GEPEC**, vol.23, edição especial, p. 115-134, 2019.

FERRERA DE LIMA, J. As disparidades regionais na fronteira Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 15, nº 5, p. 128-137, 2019.

FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. **Redes**, vol. 15, nº 2, p. 134-151, 2010.

FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; KLEIN, C.; EBERHARDT, P. H. A percepção do desenvolvimento regional na Grande Fronteira do Mercosul. **Estudos do CEPE**, nº 35, p.133-150, 2012.

IBGE. **Municípios da Faixa de Fronteira**. Rio de Janeiro:IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=sobre>. Acesso: 22 fev. 2020.

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC**, vol. 23, edição especial, p. 191-209, 2019.

LEE, E. Uma teoria sobre a migração. Traduzido de LEE, E. A theory on migration. *Demography*, 3 (1): 47-57. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1980. Tomo 1: 89-114

MANTOVANI, G. G.; RUTHS, J. C. ; SOUZA, M. P. R. ; FERREIRA, R. L. A. ; CATTELAN, R. ; R. ; MATTEI, T. S. ; CAMARGO, W. S.. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da Faixa de Fronteira brasileira. In: FERRERA DE LIMA, J. (Org.). **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR), 2020. p. 35-113.

MARQUES, C.; SANTOS, C. A política pública e a economia do turismo local. **Informe GEPEC**, vol. 18, nº 01, p. 88-100, 2014.

OLIVEIRA, T. C. de; RIPPEL, R; FERRERA DE LIMA, J. A dinâmica do crescimento econômico na faixa de fronteira de Santa Catarina. In: FERRERA DE LIMA, J. (Org.). **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR), 2020. p. 114-129.

RAIHER, A. P. A Faixa de Fronteira brasileira e o Desenvolvimento Humano. In: FERRERA DE LIMA, J. (Org.). **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR), 2020. p. 15-34

RAVENSTEIN, E.G. As leis das migrações, In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1980.

ROCHA NETO, J. M.; BORGES, D. F. Políticas públicas coordenadas e presidencialismo de coalizão: o caso do PROMESO. **Cadernos EBAPE**, vol. 14, número especial, vol.14, p.440-472, 2016.

ROCHA NETO, J.; BORGES, D. O problema da integração de programas governamentais de desenvolvimento regional: o caso do PROMESO. **Desenvolvimento Em Questão**, vol. 12, nº 27, p. 95-125, 2014.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

WOOD, C. H. Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration. **International Migration Review**, v. 16, n. 2, p. 298-319, Summer, 1982. Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research.